



LEITORES E ESCRITORES NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E NAS TURMAS DE EJA DE UMA ESCOLA

Rosimar de Jesus Souza Sepulchro ¹

RESUMO

O presente artigo busca retratar as questões que permeiam o processo de construção da leitura e da escrita nas séries iniciais do Ensino Fundamental assim como nas turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), ao observar a importância de se oportunizar as crianças ainda pequenas de lerem e escreverem mesmo sem saber ler convencionalmente e aos adultos que retornam ao período da alfabetização por meio das turmas de EJA. Antes de ir para a escola, a criança já tem conhecimento sobre a escrita, fruto de sua vivência no meio em que faz parte. Dessa forma, esse estudo se torna relevante para que o sistema de educação invista no debate coletivo, para criar mecanismos e construção de estratégias que visem preparar o professor para vivenciar de forma plena e integral o educador contribuir para sua eficaz concretização tendo como um de seus principais objetivos o de formar escritores competentes, capazes de produzir textos coerentes e coesos, sabendo expressar por escrito seus sentimentos, anseios, experiências ou opiniões. É fundamental que o educador reflita sobre sua prática no desenvolvimento da escrita de seus alunos, buscando contribuir para a formação de leitores e escritores competentes.

Palavras-chave: Alfabetização, Textos coerentes, Formação de leitores e escritores.

INTRODUÇÃO

A construção da leitura e a interação na qual ela se deu se influenciam mutuamente. O planejamento do desenvolvimento processual da leitura, que permite sua continuidade auxilia na localização dos aspectos cognitivos do processo de compreensão de textos escritos, assim como enfatiza a habilidade de fazer inferências, de decodificação entre outros.

Atualmente, a preocupação com a educação das crianças, ainda na educação infantil, tornou-se um inquestionável fator de cidadania, pois as ações que incentivam a leitura, cada dia mais se apresentam no contexto educacional. Ressalta-se que a leitura

¹ Rosimar de Jesus Souza Sepulchro, residente em Aracruz Espírito Santo. Graduação Pedagogia com habilitações em Supervisão Escolar, Séries iniciais e Educação Infantil- 2001 FAACZ - Faculdades Integradas de Aracruz. Pós em Educação Infantil, Séries iniciais, Educação especial e Inclusiva Pós-Graduação em libras. Instituto Superior de Educação de Afonso Claudio – 2012. Atualmente trabalho como professora de sala de recurso, na escola EEEFM Narceu de Paiva Filho, na cidade de Ibiraju. rosimarsepulchro@hotmail.com



na escola deve ser considerada como uma construção de conhecimentos, onde se é permitido uma análise do papel do leitor no ato da leitura.

Enfatiza-se que a educação como fator de mudanças só pode ser entendida por meio de ações conscientes e atualizada, pois, entende-se que os bons leitores necessitam de exercícios contínuos de leitura, tanto para alunos como para professores, em todos os segmentos da educação.

A ação pedagógica do educador é fundamental para que essa mudança aconteça. No início dos tempos, quando ainda não existia a linguagem escrita, o homem já realizava atos, que podem ser considerados como leitura e que surgiram da necessidade de comunicação. Com os grunhidos, os gestos, pinturas nas paredes, funcionando como um código que, promovia a interação entre as pessoas, sendo um tipo de leitura compreensível.

Ler é uma atividade voluntária e prazerosa, e quando se ensina a ler, deve-se levar isso em conta, pois, a leitura é sempre um processo pontual e seletivo, quando o leitor faz a identificação, busca a informação nova e confirma ou reestrutura as hipóteses previamente construídas.

LEITURA E A ESCRITA

A leitura não deve ser considerada uma atividade competitiva, através da qual se ganham prêmios ou se sofrem sanções. Sendo assim, como os bons leitores, refugia-se na leitura como forma de evasão e encontram prazer e bem-estar nela, os maus leitores fogem dela e tendem a evitá-la. O hábito da leitura tende a formar pessoas abertas ao intercâmbio, orientadas para o futuro, capazes de valorizar o planejamento e aceitar princípios técnicos e científicos.

Esse tipo de pessoa é o que permite um maior desenvolvimento social. Somente as pessoas situadas num mundo aberto são as que contribuem eficazmente para as iniciativas comunitárias de processo e melhoria social. Por esta razão, embora alguns pensem que no plano pessoal as funções da leitura decresceram, convém levar em conta que no plano social a sua importância aumentou.



A leitura tem características e vantagens próprias e distintas que a distinguem dos outros meios de informação audiovisual, por sua capacidade de transmissão de grande quantidade de informação, por seu poder de estimular a imaginação, por sua flexibilidade e, especialmente, pelo poder de ser controlada pela pessoa.

Um dos mecanismos mais utilizados pela classe dominante tem sido a ideologia, que, segundo Gadotti (1989) é o conjunto de ideias, as formas de consciência social produzidas pela classe que exerce o poder econômico e político com o objetivo de assegurar a perpetuação e continuidade de sua hegemonia.

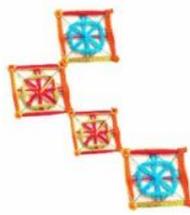
Gadotti (1989) afirma que o Brasil nasceu sob a ordem ideológica do Estado Português, que foi imposta por meio da língua, da religião e dos costumes. Com a colonização, veio a ideologia da exploração e submissão, expropriando dessa forma a cultura nativa. Nesse contexto de exploração, é imprescindível compreender como se deu a presença da leitura no passado, como vem sendo organizada no presente e quais as perspectivas de futuro dentro de uma visão crítica no processo de construção cultural.

Sendo o ato de ler importantíssimo para o leque de informações e opções no caminhar do aluno no processo de aprendizagem e de inclusão na sociedade, faz-se necessário enfatizar a importância dessa pesquisa, pois fará o aluno melhorar o hábito da leitura e obter uma melhor aprendizagem nas atividades educativas, podendo desenvolver o hábito de questionar o conteúdo lido, integrando-se com o mundo e com a linguagem. A leitura é um dos meios mais eficazes de desenvolvimento sistemático da linguagem e da personalidade.

Nota-se atualmente que somente o ato da leitura pode informar, pois a leitura dá a segurança na construção da linguagem clara e da informação e garante um nível satisfatório de argumentos. O hábito da leitura tende a formar pessoas abertas orientadas para o futuro, capazes de valorizar o planejamento e aceitar princípios técnicos e científicos.

A sociedade estrutura-se de acordo com os interesses dos grupos que a dominam e que, para fortalecer-se e perpetuar-se no poder, engendram mecanismos de legitimação de suas ideias e atos.

A sociedade brasileira ainda hoje arca com as consequências dos fundamentos ideológicos impostos no passado. A história do passado é um grande legado para o



presente e a história do presente reflete indícios do passado e desafios para o futuro. Na opinião de Luckesi (1987): “o que seremos amanhã depende não só da análise crítica que hoje fazamos sobre o nosso passado, como principalmente do projeto e compromisso da história que hoje queiramos construir e assumir”.

Daí a importância de tomarmos consciência de como vem sendo tratada a leitura ao longo da história brasileira, pois isso possibilita identificar e compreender seus reflexos no presente, no cotidiano escolar.

Segundo Luckesi (1987), a atividade de leitura no Brasil era privilégio de poucos. Era permitido o acesso à leitura aos portugueses que aqui aportaram, aos seus filhos, às pessoas ligadas à administração da colônia, aos jesuítas e ao clero. Todos esses segmentos estavam intimamente ligados aos interesses da metrópole. A história da leitura no Brasil inicia-se manipulada pela ideologia do poder, pois somente à elite era permitido esse direito. Aos servos não era permitido sequer o direito de ler no seu pequeno mundo a sua própria realidade.

O referido autor enfatiza ainda que o conteúdo oferecido à leitura precisava servir aos gostos da elite portuguesa, aos interesses da metrópole e da própria realeza. Portugal transformou a colônia brasileira numa simples produtora e fornecedora de gêneros úteis ao comércio metropolitano para obtenção de grandes lucros. Para que essa colônia atendesse aos interesses de Portugal, os habitantes deveriam ter a mesma ideologia de exploração. E foi nesse sentido que os jesuítas resolveram ensinar-lhes a leitura e a escrita, instrumento imprescindível para transmitir com facilidade o idioma e os costumes de Portugal.

Com o trabalho dos padres Jesuítas, o processo de leitura no Brasil começou a desenvolver-se atendendo, de imediato, aos interesses da fé e aos imperativos da coroa. Embora os Jesuítas tivessem a preocupação de ensinar a ler e escrever, tal atividade resumia-se às primeiras letras necessárias para formar, no primitivo brasileiro, um conhecimento distante de sua realidade. Portanto, a leitura no Brasil colônia era privilégio de poucos e controlada pela coroa. Luckesi (1987, p. 127) ressalta que: “[...] no Brasil nem sempre se pôde ler o que se queria e sentia necessidade”.

Observa-se a contradição e a dicotomia do processo de leitura no Brasil, pois de um lado a apropriação do conhecimento como direitos de poucos; do outro, um falso



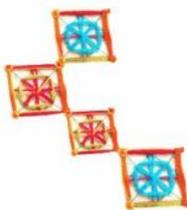
incentivo que, na realidade, tinha como principal função determinar o que se devia ler. Essa contradição continua sendo justificada e mantida pelo alto índice de analfabetismo que tem formado uma sólida barreira para o desenvolvimento cultural nos diferentes contextos da história brasileira.

Para Piletti (1991), o Brasil Império foi marcado por profundas mudanças na área da Educação, mas a grande preocupação era com a formação das elites do país. Nessa perspectiva, o objetivo da escola no período imperial era construir um modelo de educação voltado ao ensino verbalístico cuja preocupação era a formação da elite. Nesse modelo, o leitor era concebido como objeto e não como sujeito da leitura.

Piletti (1991, p. 188) afirma que a “grande contradição do império se deu no modelo educacional, que privilegiava a educação da elite - secundário e superior - em prejuízo da educação popular - primário e profissional”. A escola no período imperial atendia a uma minoria privilegiada, vista como capaz de assumir o destino da sociedade a que pertencia.

Questiona-se na Primeira República o modelo de educação herdado do Império, cujo objetivo era privilegiar a Educação da elite em prejuízo da educação popular. Há nesse sentido uma continuidade das práticas educacionais praticadas no Brasil Império e no período da colonização. Assim, a leitura como mecanismo de compreensão a realidade sempre foi excluída do processo educativo, mesmo sendo a prática necessária para formar o cidadão consciente do mundo em que vive. A leitura era privilégio de poucos ou de quase ninguém. Segundo Luckesi (1987, p. 100) a escola serviu como instrumento transmissor do conhecimento. “Proliferou o academicismo, ao lado de um ensino verbalista e repetitivo”.

Esse período coincidiu com a fase da substituição das importações, o que resultou na preocupação do Estado com o processo educativo. A escola passou a ser um dos agentes transmissores da ideologia apregoada pela elite, que via na escola o instrumento fundamental de manipulação das classes subalternas. Nessa articulação entre escola e Estado, a prática da leitura era reduzida apenas aos conteúdos ideologicamente produzidos. A realidade, nesse contexto, apresentava-se distorcida. Os textos escolares de transmissão de conhecimentos abordavam quase todos os aspectos da vida humana: a família, a escola, o trabalho, a religião. Afirma ainda Luckesi (1987, p. 109) que “ao



fazê-lo, todavia, fazem-no de uma maneira tão ingênua, inofensiva e bondosa que terminavam por abordar uma outra realidade que não a realmente nossa”. A leitura é excluída dos saberes sociais, porque somente a liberdade de produzir e ler são capazes de formar consciências geradoras de conflitos dentro da própria sociedade.

Nesse período, como afirma Luckesi (1987) as leituras feitas são as dos conteúdos distanciados da própria realidade, os problemas não aparecem, as injustas e gritantes desigualdades não existe, o trabalho é sempre bem recompensado. Quem não trabalha é porque não quer ou porque é preguiçoso, não há injustiça nem exploração. Nesse contexto, o bom leitor é aquele que não compreendeu, mas memorizou o conteúdo que retrata um mundo profundamente harmônico.

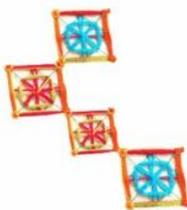
O período da Ditadura Militar comprometeu a produção do conhecimento na medida em que parte das Universidades passou a ser controlada pelo Ministério da Educação e produzia os conhecimentos que legitimavam o contexto de autoritarismo que o país vivia. O Estado apropriou-se arbitrariamente de todo o processo educacional brasileiro para atender aos seus interesses.

Nas Universidades, foi imposta a produção de conhecimentos viáveis à manutenção do *status quo*. Na escola, o professor foi sobrecarregado, afastando assim a possibilidade de realizar leituras na sua área de conhecimento, e por meio da redução de salário, tirou-se sua condição de adquirir livros. Ao professor foi negada a possibilidade de incremento do ensino e o seu crescimento como pessoa.

Conforme Silva (1994, p. 16):

[...] o empobrecimento das possibilidades de leitura dos professores e, por consequência, do alunado, como ocorreu mais incisivamente no período da Ditadura e arbítrio, significou, antes de qualquer coisa, o empobrecimento do próprio ensino.

Se a leitura desde a colonização já se caracterizava como prática exclusiva da elite brasileira, na ditadura, houve um retrocesso ainda maior, criando-se um conjunto de situações desfavoráveis ao desenvolvimento das potencialidades humanas, tudo era estrangeiro. Silva (1994) argumenta ainda que, os Estados Unidos passaram a ditar as regras do jogo para a nação dependente de sua economia e o único acesso à leitura era a



dos livros ideologicamente produzidos, onde os textos eram lidos de forma mecânica e acrítica. Criou-se nesse período uma política de leitura para o povo brasileiro e para a escola, levando em consideração os princípios ditados pelo regime vigente. Nesse contexto, as condições de leitura do professor eram mínimas, restringiam-se aos poucos livros nos quais as informações de referência não eram muitas. Apregoavam as ideias de dominação e submissão que a sociedade precisava para manter-se em equilíbrio.

Este mesmo autor afirma que:

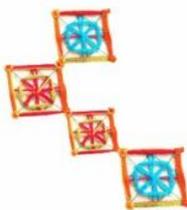
Numa sociedade de classes como a nossa, a classe que está no poder, procura através de diferentes meios e procedimentos, cegar as pessoas de modo a reproduzir o regime de privilégios ao longo da história. Por outro lado essa classe dominante, opressora ou dominadora, procura estabelecer normas de comportamentos para toda sociedade, enquadrando os homens na sua visão de mundo (SILVA, 1994, p. 37).

Na Ditadura Militar, a censura impediu a produção de conteúdos que denunciasses as demandas do poder. Os livros didáticos deixaram de expressar a realidade para adequar-se às recomendações oficiais de seguir os rumos do consumismo barato. Conseqüentemente, os professores tiveram os seus direitos e iniciativas censuradas, principalmente pelas restrições econômicas, o legado deixado pelo autoritarismo é uma prática esvaziada de significação educativa que se reflete ainda hoje na estrutura da escola. Esta, em muitos aspectos, ainda permanece autoritária.

Os livros adotados pela escola trazem poucas informações do interesse dos alunos. Não desperta a consciência crítica, subsídio para entender a vida, o mundo, a si mesmo, as relações sociais e aos projetos de desenvolvimento da sociedade. Menegolla (1991, p.100) diz que:

O livro pode ser entendido como um documento escrito e assinado pela mão da humanidade, que registra a vitória do saber sobre a calamidade da ignorância. Ele é o documento do passado, do presente e uma visão profética do futuro, que ajuda a pessoa a entender o mundo, a vida e a si mesmo.

Observa-se que os livros didáticos adotados nas escolas não despertam o interesse do aluno, não registram fatos que auxiliam no crescimento do aluno como ser, como pessoa, não auxilia o aluno a formar-se cidadão crítico, consciente e criativo. São conteúdos que lidos acriticamente não ajudam a conquistar, viver a liberdade e livrar-se da escuridão, da miséria intelectual e mental.



Professores e pais de alunos não foram estimulados para a importância da leitura. Ler não apenas os conteúdos dos livros didáticos, mas toda produção de conteúdos, como: jornais e revistas, por exemplo.

Segundo Bamberger (1995, p. 21):

A necessidade de ler, de se informar, de estar atento aos grandes e pequenos temas, de abandonar a passividade e opinar sobre tudo que nos cerca. A leitura nos dá a segurança na construção da linguagem clara dizendo o que queremos dizer. A informação nos garante um nível satisfatório de argumentos.

A leitura na escola tem sido um ato mecânico. Não se tem procurado favorecer aprendizado do mundo a partir da exploração de textos ou mesmo entender a ideologia que sustenta a produção dos textos que são utilizados na escola. Como consequência, temos o resultado assustador do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que mostra que “59% das crianças da quarta série - ou 980 mil estudantes em todo o país - ainda podem ser considerados analfabetos. E desse total, 508 mil estão na região Nordeste” (BRASIL, 2003, p. 1).

O desenvolvimento da atividade de leitura na escola leva o educando a adquirir o hábito de questionar o conteúdo proposto. O professor deve levar em conta o conhecimento prévio do aluno, seu meio ambiente e, numa estrutura psicológica, sua personalidade.

Nesse sentido, a “leitura é um dos meios mais eficazes de desenvolvimento sistemático da linguagem e da personalidade. Trabalhar com a linguagem é trabalhar com o homem” (BAMBERGER, 1995, p. 10). Para dar conta dessas possibilidades, utiliza-se atualmente a palavra letramento, cujo objetivo é mostrar a importância da escola trabalhar a leitura na perspectiva do letramento (TFOUNI, 1995). Dentro do contexto social e cultural que vivemos é necessário formar sujeitos participativos e para isso deve-se levar em consideração a noção de letramento, e não de alfabetização. Esta se constitui no conhecimento das letras. É apenas um meio para o letramento - uso social da leitura e da escrita.

Tfouni (1995) enfatiza que letrar significa inserir a criança num mundo letrado, trabalhando com os diferentes usos da leitura e da escrita na sociedade. Esse processo se inicia quando a criança começa a interagir socialmente com as práticas de letramento no



seu mundo social (os pais leem para ela, a mãe faz anotações, os rótulos indicam os produtos, as marcas destacam-se nas prateleiras dos supermercados e na despensa em casa), muito antes da alfabetização propriamente dita.

É papel do professor a construção, a criação de um ambiente em que a leitura e a escrita estejam presentes mesmo antes que a criança saiba ler e escrever convencionalmente. É preciso considerar o conhecimento prévio das crianças, utilizar textos significativos, reais, que circulem na sociedade e utilizar a leitura como forma de interação, ou seja, para informar, convencer, solicitar ou emocionar.

Os alunos precisam participar de práticas de letramento com função social, “aprender a ler, a escrever, alfabetizar-se é antes de qualquer coisa, aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto, não numa manipulação mecânica de palavras, mas numa relação dinâmica que vincula linguagem e realidade” (SEVERINO apud FREIRE, 2000, p. 8).

Segundo Soares (1998), o termo analfabetismo funcional surgiu na década de 80 para designar as pessoas que apenas sabiam escrever o próprio nome e identificar letras, mas não sabiam fazer uso da leitura e da escrita. Dessa forma, criou-se o termo letramento, para designar essa nova condição:

Alfabetizado é o indivíduo que sabe ler e escrever, já o indivíduo letrado, o indivíduo que vive em estado de letramento, é não só aquele que sabe ler e escrever, mas aquele que usa socialmente a leitura e a escrita, pratica a leitura e a escrita, responde adequadamente às demandas sociais de leitura e escrita (BRASIL, 1998, p. 15).

O autor ressalta que a criança precisa ser alfabetizada por meio de material escrito de qualidade. Assim ao mesmo tempo em que se alfabetiza está sendo letrada. Para isso, é necessário usar portadores reais de textos, como jornais, revistas, ou até mesmo livro infantil. Ressalta-se que as antigas cartilhas que ensinavam ‘o vovô viu a uva’ não têm nenhum significado para a criança, pois muitas delas nunca viram nem comeram uma uva.

Dessa forma, surge a necessidade das escolas repensarem o seu papel social. Não apenas alfabetizar ou fazer com que o indivíduo permaneça por mais tempo na escola, mas dá qualidade a esse tempo de permanência nas escolas. Ou seja, letrar os seus alunos.



O letramento possibilita ao indivíduo modificar sua condição social, cultural, cognitiva e até mesmo econômica.

Outro fato destacado pela autora é que o letramento não é responsabilidade só do professor de Língua Portuguesa, mas de todos os professores que trabalham com as diversas disciplinas (Geografia, Matemática, Ciências). Cada professor é responsável pelo letramento de sua área, que, dentro de uma visão interdisciplinar, leve o aluno a fazer a conexão entre os diversos saberes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

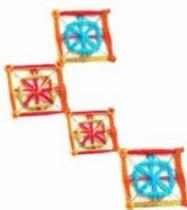
No processo de alfabetização, crianças e adultos, independentemente da classe social e até mesmo da proposta de ensino, formulam estranhas hipóteses muito curiosas e muito lógicas, em relação à escrita. Progridem de ideias primitivas, pautadas, no desconhecimento da relação entre a fala e a escrita, para ideias geniais sobre como seria essa relação, tão logo compreendem que fala e escrita se relacionam.

Tanto pesquisa acadêmica como observação dos professores que ensinam crianças e adultos a ler e escrever vem comprovando que a estratégia necessária para um indivíduo se alfabetizar não é a memorização, mas a reflexão sobre a escrita.

Essa constatação legitimada cientificamente pôs em xeque uma das crenças mais antigas na qual a Escola apoia suas práticas de ensino, o que motivou um novo olhar sobre as questões relacionadas à alfabetização.

Acredita-se que, para se alfabetizar, não basta memorizar infinitas famílias silábicas, como se pensava. Para compreender as regras do sistema de escrita, é necessário um processo sistemático de reflexão sobre suas características e sobre o seu funcionamento. Essa construção não depende exclusivamente de uma metodologia para ensinar, para aprender a ler e a escrever, o aluno precisa ir além de uma simples aquisição dos códigos linguísticos, ele necessita construir essas interpretações, essas hipóteses.

Considerando essas ideias, com estudo, a partir de algumas referências bibliográficas, analisa-se a leitura e a escrita como processo na educação básica. Essas discussões sobre a aquisição da leitura e da escrita mostram uma preocupação com as classes menos favorecidas, no sentido de que ler e escrever é um instrumento de garantia da cidadania.



Assim, se pode concluir que, apesar do despreparo de muitos professores das escolas públicas, que implicam desde a vontade política até a acomodação, por parte de alguns profissionais; das mudanças evolutivas do conceito de alfabetização, a construção da leitura e da escrita pode, sim, contribuir na garantia de uma participação cidadã, nessa sociedade letrada, buscando formar cidadãos leitores e escritores competentes.

Os professores como mediadores da relação educando/objeto de conhecimento devem enfatizar a grande importância de estarem conscientes quanto ao valor de um clima social afetivo, para que a aprendizagem, na sua indiscutível complexidade, possa acontecer como um empreendimento agradável, prazeroso e dinâmico.

Compreende-se que, a partir do diálogo, o professor estará pronto para ensinar e também para educar. A prática do diálogo na sala de aula proporcionará uma inter-relação professor-aluno, na qual o professor passará a observar melhor o comportamento dos alunos conversando com eles, sendo interrogado por eles. Através dessa interação, o aluno assimila e constrói conhecimentos, valores, crenças adquirem hábitos, desenvolve e assume atitudes.

Recomenda-se que a escola reflita sobre o cotidiano na relação professor-aluno, e que esta reflexão seja coerente com o ensinar e o aprender, norteando assim o comportamento humano, dando ênfase a certos valores que por ora parecem estar desaparecidos. E que a proposta pedagógica contemple esses valores, levando os educandos a exercerem deveres, resgatando os direitos que a todos devem ser acessíveis no pleno exercício da cidadania.

Faz-se necessário a participação da família no contexto escolar favorecendo a construção do processo ensino-aprendizagem proporcionando a integração família/escola com o propósito de auxiliar as crianças das Séries Iniciais do Ensino Fundamental a terem suporte para avançarem no aprendizado.

Cabe ainda ao professor construir sua ação pedagógica dentro das necessidades e realidades de seus alunos, de modo que a escola se transforme em um lugar prazeroso e dinâmico, fortalecendo a atividade voltada para o desenvolvimento pleno dos educandos



REFERÊNCIAS

BAMBERGER, Richard. *Como incentivar o hábito de leitura*. São Paulo: Ática, 1995.

BRASIL. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Vol 3. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CUNHA, M. Isabel da. *A relação professor-aluno*. In: *Repensando a Didática*. 10 ed. Campinas: Papirus, 1995.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
GADOTTI, Moacir. *Convite à leitura de Paulo Freire*. São Paulo: Scipione, 1989 (Série: pensamento e ação no magistério).

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Fazer Universidade: uma proposta metodológica*. São Paulo: Cortez, 1987.

MENEGOLLA, Maximiliano. *Sua Majestade: o livro*. In: *Mundo Jovem*. São Paulo: Abril, nº 226, jul. 1991, p. 27.

PILLETTI, Claudino. *Filosofia e história da educação*. São Paulo: Ática, 1991.

SILVA, Ezequiel Theodoro. *A Leitura no Contexto Escolar*. São Paulo: FDE, 1998.

SILVA, Ivonilde Buenavides. *Ler é importante*. In: *Mundo Jovem*. São Paulo, Pioneira, nº. 227, ano XXXV, abr. 1994.

TFOUNI, Leda Verdani. *Letramento e alfabetização*. São Paulo: Cortez, 1995.

TEZOLIN, Olganir Merçon. *Re-criando a Educação*. São Paulo: Copisol, 1990.